



EMBATES E DEBATES SOBRE O COOPERATIVISMO RURAL

Me. Gisele Ramos Onofre PG, Geografia, USP, giseleramos@usp.br

Dr. Júlio César Suzuki (OR.), USP, jcsuzuki@usp.br

1. Introdução

A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação. (MARX apud CARLI, 2008. p. 382)

Fundamentado em discussões ocorridas durante a conclusão dos créditos de doutorado e de revisão bibliográfica sobre cooperação, capitalismo, agricultura, cooperativismo e território, esse estudo tem por objetivo analisar as polêmicas que envolvem a definição dessas categorias seguindo por uma perspectiva Dialética Materialista Histórica. Por que a dialética permite pensar a realidade histórica da estruturação e (re) estruturação do cooperativismo, afunilando o foco da pesquisa no debate sobre o cooperativismo rural. Com a contextualização dialética, foi realizada uma descrição do real, sendo que o conhecimento averiguado, foi resultado da construção efetuada pelo pensamento e suas operações, já que o real consiste na “representação” mental do concreto, da parcela exterior ao pensamento conhecedor. (PRADO JUNIOR, 2001. p. 9-10)

Nessa análise, a generalidade da formação do movimento cooperativista foi incorporada ao conhecimento particular do cooperativismo no Brasil, adotando como eixo central para o entendimento a contradição entre: modo de produção capitalista e movimento cooperativista. Procedimento que permite colocar em evidência a contradição de interesses econômicos, dos agricultores rurais e da sociedade, que se estabelece em classes localizadas na base do capitalismo.

Na sucessão dos fatos, em acordo com o pensamento de Alfredo (2005, p. 25) a noção de tempo foi respeitada porque “a dialética das categorias, não pode ser necessariamente aquela do diacrônico. Daí a historicidade se diferencia de historicismo”. Essa verdade é uma premissa respeitada nessa análise porque “desvendar esta contradição teórica e prática” é uma tarefa do materialismo histórico e dialético, para que não as pesquisas sejam apenas históricas em que a ordenação dos fatos pelo pesquisador busca se impor diante da verdade contraditória dos processos.

No desvendamento dos processos que norteiam a construção do movimento cooperativista, sobretudo os que reproduzem a organização da sociedade que, agora mais do que nunca, se encontra sob a hegemonia do capitalismo, a lógica dialética é o caminho



de descoberta para uma definição conceitual de categorias analíticas que respondam às inquietudes do concreto.

Enfim, seguindo o prisma da Dialética Materialista, a análise centrou-se em apontamentos sobre a cooperação, cooperativismo e capital, para explicar a atual organização das cooperativas agrícolas que possuem seus objetivos diretamente ligados na ampliação, acumulação e reprodução do capital, perdendo os ideais iniciais do movimento cooperativista.

2. Cooperação e cooperativismo

Atualmente, o movimento cooperativista vem sendo pensado abstratamente e isoladamente de seu contexto histórico-social, considerado em particular pelo governo brasileiro, como uma forma de ampliação do modo de produção capitalista que tem encontrado um alicerce para seu desenvolvimento na (re) criação dos preceitos desse movimento.

A mídia juntamente com o governo brasileiro vem promovendo a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo, que segundo dados governamentais tem possibilitado um grande crescimento na economia gerada pela produção, sobretudo, quando se analisa os dados do progresso de cooperativas agropecuárias, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006)

A cooperativa na organização capitalista, funciona como a centralizadora de capital dos cooperados, que por isso reproduzem no seio do movimento cooperativista, as relações capitalistas de produção. A mídia ocupa um papel fundamental nesse processo, porque auxilia na propagação das idéias capitalistas no cooperativismo, obtendo grande respaldo dos governantes brasileiros.

Todavia, o cooperativismo nasceu, não para ajudar na ampliação e reprodução do capitalismo, mas como um meio de defesa de sociedade de trabalhadores excluídos do mercado que tinham como objetivo, melhorar as condições de sobrevivência por meio da cooperação que é a responsável pela “criação da força coletiva”.

Para entender a organização em cooperação, é preciso saber que a cooperação sempre fez parte da vida em sociedade, auxiliando na organização espacial, desde a pré-história. Seu desenvolvimento se estabelece em associações, nas quais os homens trabalham em conjunto para o cumprimento de suas atividades diárias. De acordo com Marx



(2008. p. 379 *passim*), a cooperação na realidade vai ser a base para o desenvolvimento capitalista. Em suas formulações, Marx, começa a definição de cooperação partindo da forma como ela se dá, sendo que para ele a cooperação é: “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferente, mas conexos”. É a cooperação a fortalecedora da capacidade de realização de cada trabalhador, “provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-o”, ampliando a produtividade. Isso porque:

A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação. (MARX apud CARLI, 2008. p. 382)

A união dos trabalhadores gera uma força produtiva nova, “a força coletiva”, que se utiliza dos meios de produção. O modo de produção capitalista apodera-se desta força, que a comando do capital aumenta a capacidade da produção e acumulação de riquezas dos capitalistas. Os trabalhadores, reunidos em um mesmo local, executam todas as etapas do processo produtivo, sob o comando do detentor do capital. Segundo Ferreira (2000) a utilização da cooperação no modo de produção capitalista proporciona vantagens como:

[...] economias de escala (economia de capital constante decorrentes da ampliação da escala média de produção); aumento da produção em decorrência da emulação que se estabelece - e é estimulada pelo capital - entre trabalhadores no seio do coletivo operário; possibilidade de se realizar determinadas espécies de trabalho que requerem o concurso de elevado número de forças de trabalho simultaneamente, etc. (FERREIRA, 2000. p.3).

No entanto, o princípio de cooperação do modo de produção capitalista, faz com que o trabalhador perca o pleno controle do processo produtivo, na medida em que o controle e direção passam a ser exercidos pelo capital, começa uma separação entre o planejamento e a execução direta do trabalho. Para Marx (2008), essa alienação é fundamental para a reprodução do Capitalismo, o homem em seu contato social, supera os limites da individualidade, fazendo com que o trabalho coletivo, seja sempre maior do que a soma dos trabalhos individuais. O capitalista passa a explorar cada vez mais a força de trabalho, por meio da máxima produção de mais valia, sem precisar pagar pela força coletiva, gerada pela cooperação.

A partir das reflexões de Marx, sobre cooperação, observa-se que o próprio capitalismo requer condições para se manter em sua hegemonia, e a cooperação sendo a forma fundamental do capitalismo, torna esse modo de produção subordinado ao



trabalhador, que com seu trabalho produz mercadorias, que são a fonte dos lucros dos capitalistas. Como contrapartida, o modo capitalista de produção tem que inventar e reinventar formas para manter sua dominação, por meio do aumento do grau de exploração da força de trabalho pelo capital; pela utilização da cooperação; pela alienação produzida pela divisão do trabalho; pela criação de exército de mão-de-obra de trabalhadores, por meio do advento dos maquinários e tecnologias; pela redução dos salários, para aumento da lucratividade ou, aumento da circulação de mercadorias; entre muitas outras contradições geradas em seu próprio modo de produzir, para tornar o trabalhador vulnerável e dependente de sua organização. (MARX, 2008)

Por causa da exploração capitalista, a classe trabalhadora, tentou romper com os capitalistas, organizando sua força coletiva, ou seja, por meio da cooperação. Com a união em força coletiva, os trabalhadores elaboraram um movimento, pressupondo amenizar os traumas econômicos e sociais que os assolavam. Esse movimento ficou conhecido como “Cooperativismo”, surgindo junto com a Revolução Industrial, com o objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores, com a criação de princípios justos de produção e repartição dos rendimentos.

O cooperativismo, tem na primeira fase da Revolução Industrial seus primeiros passos estruturais (1760-1850), conduzidos por idealistas, como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, entre outros, que defendiam propostas baseadas nas idéias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão. Esses pensadores ao estudar as formas de organização das civilizações antigas, descobriram que a cooperação é um instrumento revolucionário para a organização social, capaz de modificar o comportamento da sociedade.

Entretanto, o primeiro movimento cooperativista, acontece somente no ano de 1844, quando, em Rochdale, distrito de Lancashire, Inglaterra, 28 tecelões, buscando melhorar sua situação econômica, fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Nessa sociedade foram estabelecidos “os princípios básicos do cooperativismo”, organizados em um estatuto, que se firmou como fundamento da doutrina cooperativista mundial (KEIL & MONTEIRO, 1982).

A implantação do movimento do cooperativismo ocorreu, notadamente, em virtude do processo de industrialização, que fez com que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração resultou em excesso de mão-de-obra, aumentando a exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana. O novo modelo industrial prejudicou grandemente os trabalhadores, substituindo o trabalho artesanal, fato que gerou uma



problemática social a ser resolvida, que encontrou nas propostas de cooperativismo uma válvula de escape ao problema. Por isso, a união de 28 tecelões do bairro de Rochdale, resultou na criação de uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo. (HOLYOAKE, 2004)

O principal preceito que permeou os tecelões na busca de uma sociedade econômica e socialmente mais justa, do que a sociedade capitalista, concentradora de riquezas, e do que a sociedade do socialismo estatal que limitava o direito de autodeterminação dos indivíduos foi a cooperação e a ajuda mútua. O cooperativismo, por seus preceitos, não seria nem capitalista e nem socialista, seria uma terceira forma de organização da sociedade, que não admite poderes hierárquicos, todos têm que ter a mesma importância no decorrer do processo produtivo. A finalidade desse movimento define-se no atendimento das necessidades básicas de sobrevivência do homem, que com seu trabalho pode manter-se na dinâmica capitalista. O modo capitalista de produção tem como objetivo central, o aumento da lucratividade, enquanto que no movimento Cooperativista, a solidariedade em comunidade é o ideal para manter a organização, mas a lucratividade também conta para que o movimento possa se manter. (HOLYOAKE, 2004)

Na solidariedade cooperativista, os trabalhadores tem que se unir em cooperação, para vencer os riscos, bancar as despesas, distribuir igualmente o fruto do trabalho, em nome da coletividade. (KONZEN; KRAUSE, 2002 *apud* MARUCH; MAFIOLETTI, 2004). Os princípios solidários ao homem, foram se fixando no processo de afirmação do movimento, estabelecendo-se como princípios cooperativista: a adesão livre, o controle democrático, o retorno dos excedentes em proporção às operações, a taxa limitada de juros ao capital social, a neutralidade política, religiosa, etc, a educação cooperativista e a integração cooperativa. Princípios que só se estabeleceram e se fixaram por meio da propagação da proposta dos Rochdale, que representou:

[..] a capacidade das classes exploradas em tomarem as rédeas de seu destino e gerirem com autonomia seus empreendimentos sem necessitarem de uma classe parasitária de proprietários para dirigirem a economia. [...] seus princípios baseavam-se em atitudes democráticas, imersas na solidariedade igualitária, na participação na atividade produtiva, gestão e distribuição dos excedentes conforme a participação de cada um. (KEIL & MONTEIRO, 1982. p. 7)

Todavia, em 1895, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional que ratificou os princípios de Rochdale como a adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e controle do capital; educação e formação dos sócios; intercooperação no sistema cooperativista. Esta



Aliança Cooperativa existe até hoje agregando as cooperativas de consumo ao norte da Inglaterra, as cooperativas operárias francesas, que chegaram ao seu auge em 1848 e as cooperativas de crédito rural alemãs. Segundo Paul Singer (1998), não existem dados que possam dizer exatamente qual é o país de origem do cooperativismo, porém a criação desta Aliança na Inglaterra é um consenso entre os demais autores do marco oficial do funcionamento consciente e deliberado do cooperativismo.

Com o fim do Socialismo, como modelo econômico, esse movimento configurou um novo arranjo para o modo de produção capitalista, refletido na criação de uma postura democrática e humanística que tem na cooperação, uma resistência para a individualidade que o capitalismo impõe a sociedade. (PAUL SINGER, 1998) No entanto, na atualidade, as cooperativas no interior de suas organizações, modificaram seus preceitos, para se tornarem cada vez mais competitivas, moldando novos padrões organizativos que utilizam a cooperação somente para fortalecer as relações econômicas, reproduzindo as relações de trabalhos capitalistas:

[...] culminando em uma forma de exploração do trabalho em bases cada vez mais exploradas e precarizadas. E os agentes envolvidos de modo associado, ao subordinar suas necessidades às exigências da produção e da comercialização, em grande medida não reproduzem seus meios de vida segundo relações de solidariedade e de igualdade, não porque não querem, mas porque as condições não permitem. (PAGOTTO, 2005)

Essa realidade é defendida desde 1900, na tese de Rosa de Luxemburgo (2002, p. 80 a 93 *passim*), que observou que as cooperativas seriam na realidade uma forma de transformar os pobres em ricos. Instituições de “natureza híbrida dentro do Capitalismo”, que por meio da cooperação realizam uma produção socializada que é acompanhada por uma troca capitalista, que domina a produção. Nessa produção, a concorrência, exige da cooperativa, uma postura “impiedosa de exploração da força do trabalho”, que resulta na intensificação do trabalho (encurtamento ou prolongamento), na contratação ou dispensa de trabalhadores conforme as necessidades do mercado, o que significa que a cooperativa pratica todos os métodos de “[...] uma empresa capitalista”. Os cooperados desempenham o papel de empresários capitalistas, porque as cooperativas só podem “assegurar a sua existência no seio da economia capitalista”. É por isso que, “mesmo abstraindo do seu caráter híbrido”, as cooperativas não conseguem desvincular-se do capitalismo, por esse fato:

[...] uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o sector fundamental da economia capitalista e contenta-se em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exactamente o pequeno e médio capital comercial.



Só ataca os ramos secundários do tronco capitalista. (LUXEMBURGO, 2002. p. 83)

Como Luxemburgo observou as cooperativas não rompem com o Capitalismo, ao contrário, em seu desenvolvimento se tornam mais uma forma da reprodução do capital, por isso as cooperativas, são instituições a serviço do capital. Na definição de Marx, sobre a cooperação, percebe-se que as empresas descobriram o poder da força coletiva para aumentar sua lucratividade, e os trabalhadores na busca de combater as empresas e sobreviver no capitalismo, descobrem que a cooperação é uma saída para “o tão almejado progresso social”. Para poder crescer economicamente, se unem, criando por meio da força coletiva, o movimento cooperativista, que apesar de possuir preceitos diferenciados das empresas capitalistas, com o decorrer dos tempos, o movimento perde gradativamente a solidariedade, influenciando em uma nova organização, baseada em uma lógica capitalista de reprodução e acumulação de capital, com isso ajudando firmar o território do capital.

O que Luxemburgo não poderia observar no século XIX é o desenrolar da história do século XXI, porque a história é clara e evidente, não pode ser negada, sendo que na realidade, as cooperativas, por possuírem leis diferenciadas na constituição brasileira e terem princípios organizativos, não podem ser empresas, como Luxemburgo sugeriu, ao contrário são cooperativas. Instituições que por terem uma estruturação diferenciada das empresas, são ainda mais potentes na conquista de mercados, para a formação de seu território, por isso conseguem monopolizar o mercado, influenciando em toda a configuração do espaço geográfico.

Nesse sentido das cooperativas do capital, em acordo com o pensamento de Marx e Engels (1984, p. 22, *passim*) cabe salientar que a realidade é fruto da história, e não pode ser mudada, são os “homens os produtos das suas representações, idéias”, os homens são reais, as representações são a materialização desses homens que são condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas e do “intercambio que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas” E a representação real do cooperativismo, apesar dos princípios que regem, é que esse movimento esta voltado ao capital, e a formação de seu território (MARX & ENGELS, 1984).

Na formação do território e hegemonização capitalista, o cooperativismo assume um lugar representativo em discussões políticas e sociais, em escala mundial. Seu território cresce e se destaca, por causa do poder adquirido pelas cooperativas na reprodução, ampliação e acumulação de capital. No território das cooperativas, observa-se a promoção e o planejamento da produção, num conjunto de vários fatores estruturais de mercado, o que permite aumentar os ganhos dos cooperados.



No caso das cooperativas agrícolas, essas auxiliam o produtor na manutenção de suas máquinas, escolha ou produção de sementes, na compra de insumos e compatibilização de safras, no transporte da agroindústria, na distribuição e armazenamento entre outros aspectos. O progresso técnico é imperativo e a produção cooperativada nessa perspectiva tem que promover modificações no processo produtivo de modo a garantir a melhora de qualidade da matéria-prima, aumentando o rendimento.

O governo brasileiro criou departamentos técnicos para garantir o sucesso das cooperativas, tais como a EMBRAPA, o IAPAR, a EMATER, ajudando as cooperativas a exercer um papel de capital oligopolizado que funciona como suporte para o desenvolvimento de tecnologias, desenvolvendo convênios com instituições de pesquisa ou pelos próprios departamentos de experimentação agrícola, para a elaboração de pesquisas específicas para seus associados.

Com projetos governamentais e sua organização diferenciada, no desvendar da história, as cooperativas passam a serem consideradas como resposta política consistente a muitos problemas referentes ao desenvolvimento do país, o que proporciona a substituição das “velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de lutas por outras novas.” (MARX & ENGELS, 2003), que fazem do velho modelo capitalista, um novo capitalismo que se fortalece na (re) criação do movimento do cooperativismo.

E o movimento cooperativista, os cooperados nessa nova luta se metamorfosearam em força combatente do modo de produção capitalista, nutrindo a ordem vigente. Prisioneiros que quando oprimido pela ordem, conseguem encontrar a libertação da opressão, por meio da própria ordem, mantendo a estrutura, querendo “ser mais que seres em si, mas temem sua própria libertação”. (MARX, 1984) Segundo Marx (1984) a manutenção e permanência da burguesia esta justamente associada a essas constantes metamorfoses produzidas nos instrumentos de produção, por conseguinte, nas relações de produção e nas relações sociais. Essas metamorfoses, produzem abalos constantes em toda a organização social, sendo que a conservação do Capitalismo, é sobretudo por causa desses abalos que produzem a divisão entre as classes sociais.

Nessa dinâmica da sociedade capitalista, verifica-se que as relações sociais se firmam e se dissolvem, no decorrer da criação e recriação de concepções e de idéias. Como observou Marx (2008) que, tudo que era sólido, consolidado e estável se esfumaça, tudo o que foi sagrado hoje é profanado, no decorrer desse processo os homens são obrigados a enfrentar a realidade das relações, tentando preservar a sua existência. Na busca da preservação da existência, como Luxemburgo (2003) sugeriu, o cooperativismo é uma



organização que torna os “pobres” em “ricos”, assegurando a conservação da classe burguesa.

A existência dos burgueses assegura o território capitalista, que tem no cooperativismo a base para firmar seu processo “modernizante da sociedade”. A agricultura brasileira é um bom exemplo para explicar esse processo, particularmente tratando das cooperativas agropecuárias paranaense, que tiveram o marco de sua existência a partir de 1970, quando a estrutura agrária passa por grandes modificações capitalistas, que foram denominadas como “processo de modernização da agricultura”. Transformações estimuladas pelo governo federal, por meio de grande quantidade de incentivos para o setor, que transformou as cooperativas em instrumentos, agentes do processo de modernização. E na medida em que as cooperativas concorriam com as empresas privadas disputando na produção agrícola, tiveram que se adaptar a nova realidade agrícola, promovendo profundas transformações, redimensionando seus objetivos, reestruturando-se no caminho da industrialização da produção.

Para serem competitivas, as cooperativas lançam mão de métodos organizacionais e operacionais utilizados pelas empresas para atingir a eficiência, sendo que a legislação brasileira faz com que as cooperativas andem na frente das empresas em busca da reprodução, ampliação e acumulação do capital.

Enfim, questiona-se o papel das cooperativas, reafirmando o pensamento de Kropotkin, que defende em sua tese a organização da sociedade “de modo a garantir a todos a possibilidade de um trabalho regular que beneficie a comunidade, o que naturalmente implicará numa transformação radical nas atuais relações entre o capital e o trabalho.” (KROPOTKIN, 1887. p. 331). Na tese de Kropotkin, observa-se a necessidade da organização da sociedade. A sociedade em sua atuação precisa reivindicar da academia, do governo federal e órgãos competentes novas formas de estruturação para o movimento cooperativista e para a atuação das cooperativas. Os representantes administrativos das cooperativas e seus associados precisam assegurar para o campo, um movimento que garanta a diversificação das oportunidades de trabalho e desenvolvimento tanto do ponto de vista econômico, social e ambiental.

3. Considerações Finais.

Como reflexo da sociedade, Marx (2008) considera que, antes de tudo, o motivo e o objetivo do processo de produção capitalista, é a maior expansão possível e para que isso aconteça a conexão entre os trabalhadores é o ideal. Nesse sentido de ampliação da



produção, a força da cooperação se manifesta poderosamente para atender os objetivos dos capitalistas, sendo assim “A cooperação é a forma fundamental do modo capitalista” (MARX, 2008. p. 388). Seguindo o pensamento de Marx sobre a cooperação, apresentamos a seguinte consideração sobre a associação do cooperativismo ao capitalismo: O cooperativismo passou a auxiliar no processo de expansão territorial do capital, aumentando a produção. Com o aumento da produção, nessa associação, o território do capital está se fortalecendo em suas contradições, contando com o cooperativismo, como mais um agente dinamizador na formação de seu território.

O modo de produção capitalista em seu fortalecimento, por meio da associação com o movimento cooperativista, está produzindo novas moldagens nas cooperativas que passam a ser mais uma das formas de reprodução e acumulação do capital, firmando o desenvolvimento do capital também em bases cooperativistas, ou seja, nas cooperativas capitalistas

Além do pensamento de Marx, cabe frisar como consideração final, do debate e embate sobre o cooperativismo, o pensamento de José de Souza Martins (1975). Martins discorre que a coletivização da venda dos produtos agrícolas, a coletivização da compra de insumos e outras mercadorias necessitadas pela sociedade, não atinge o processo de trabalho e nem a própria produção, que por causa da política internacional se volta ao mercado de exportação. O cooperativismo apenas barateia os custos parcialmente na comercialização, sendo que os ganhos sociais da cooperação não estão principalmente na comercialização, mas sim na produção.

Mesmo com a ampliação da produção por meio da cooperação no trabalho, constata-se um sério problema no qual o capitalismo se apropria dos ganhos que deveriam ser social. E, onde a produção permanece em bases artesanais e tecnicamente modesta, mesmo o produtor cooperado acaba que trabalhando para o grande capitalista. Como os preços dos gêneros alimentícios são fixados em nosso país, por meio de tabelas e preços mínimos, os produtores procuram no cooperativismo manipular a estreita faixa de alternativas, detendo para si o preço que os consumidores pagariam pelos produtos ao invés de estenderem ao conjunto do processo de produção, reforçando a submissão da própria sociedade ao modo de produção capitalista.

4. Referências

ALFREDO, Anselmo. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. In: **Boletim Mineiro de Geografia**. Belo Horizonte, ano 8, n13, p. 9 -39. jul./dez. 2005.



BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. et al. *Agribusiness* cooperativo, eficiência e princípios doutrinários. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 33, 1995.

BONILLA-MOLINA, Luis & TRUDI, Haiman El. **Educacion en la economia social**. Libro Digital Ediciones Gato Negro Caracas, Venezuela.2004. Disponível em www.rebellion.org. Acesso em: Agosto de 2008.

BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2000.

FERREIRA, Cândido Guerra. **Processo de trabalho, tecnologia e qualificação - notas para discussão**. Texto preparado para a mesa-redonda sobre o tema: "Processo de trabalho e Tecnologia" – Dep. de História do IFCH – UNICAMP, 2005.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**, São Paulo: Global, 1983.

HOLYOAKE, George J. **Os 28 tecelões de Rochdale**, 5. ed. Porto Alegre: WS, 2004.

JÄGER. **Novas Propostas Cooperativistas**. Curitiba, 1994.

KEIL, Ivete Manetzeder & MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo (RS), Agosto de 1982. Disponível em: <http://www.cootrade.com.br/files/Download/pioneirosrochdale.pdf>. Acesso: Agosto de 2008.

KROPOTKIN, Peter. O crime do mundo livre. In: Woodcock, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM Editores Ltda, 1981.

KONZEN, G. O.; KRAUSE, E. L. **Cooperativismo: a empresa, sua contabilidade, sua auditoria**. Unisinos - série cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano - Cadernos Cedope, ano 13, nº22, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução – 1900. Transcrição de: Fernando Araújo. In: **Luxemburg Internet Archive (marxists.org)**, 2002. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm Acesso em: agosto de 2008.

MARUCH, E. C.; MAFIOLETTI, R. L. - **A Evolução do Cooperativismo e a Contribuição do Sicredi como Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Social – O Caso do Sicredi Norte do Paraná** – Monografia do curso de Agronegócios da UFPR, 2004.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: **Textos**. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais,1975.

_____. Instruções para os delegados do conselho geral provisório. As diferentes questões. I Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores. In: **Obras Escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Avante,1983a.



_____. Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores. In: **Obras Escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983b

_____. **O capital**: crítica da economia política – Livro Primeiro, o processo de produção do capital. vol. 1. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – 1º capítulo das teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MLADENATZ, Gromoslav. **Historia de Las Doctrinas Cooperativas**. México (Biblioteca de Economia da Sociedade Política): Editorial América, 1944.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Evolução do cooperativismo no Brasil**. DENACOOOP em ação. Brasília: MAPA, 2006.

OCB–Organização das Cooperativas Brasileiras. **O Cooperativismo no Brasil**. Disponibiliza todas as informações institucionais sobre o cooperativismo no Brasil. Disponível em: <www.ocb.org.br> Acesso em agosto de 2008.

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – **Saiba Mais**. Disponibiliza informações institucionais e históricas do cooperativismo no mundo, no Brasil e na Bahia. Disponível em: <www.oceb.org.br>. Acesso em agosto de 2008.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília/DF: OCB, 2004. Disponível em: www.ocb.org.br .

OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Banco de dados das cooperativas paranaenses**, vários números. Curitiba: Ocepar/Sescoop, 2004. Disponível em: www.ocepar.org.br. Acesso em: Agosto de 2008.

PAGOTTO, Claudete. Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista. In: **Revista espaço acadêmico**. n. 45. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm#_ftnref12 . Acesso: dezembro de 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. Ed. Ridendo Castigat Mores. versão para eBookeBooksBrasil.com. In: **Digital revista para esta edição**. Disponível em: <http://netomoraais2007.googlepages.com/Teoriamarxistadomaterialismo.pdf> Acesso: 07 de julho de 2008.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1977, 272 p.

_____. **Tipologia cooperativista**: por Américo Utumi e outros. São Paulo: CNPq, 1984.



PORTAL DO COOPERATIVISMO. Disponível em:
http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo.asp#cooperativismo. Acesso em: agosto de 2008.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante**: repensando o socialismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VALADARES, José Horta. **Cooperativismo**: lições para a nossa prática. Brasília: SESCOOP, 2003. 136p.